

## **DIRETRIZES PRELIMINARES PARA O TURISMO RESPONSÁVEL EM PRAIAS TURÍSTICAS INSULARES NO ENTORNO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS**

**CAMILA LOPES SEIXAS<sup>1</sup>**  
**HEROS AUGUSTO SANTOS LOBO<sup>2</sup>**

**DOI:** <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2023.v11n16p20>

### **RESUMO**

Praias são ambientes utilizados de forma recreativa no Brasil, quase sempre associadas a um padrão massificado de uso. No entanto, algumas praias estão localizadas no interior e entorno de áreas naturais protegidas, ensejando a necessidade de um planejamento e gestão menos impactantes ao ambiente. Com base nesta perspectiva, foram realizadas pesquisas em duas praias no entorno do Parque Estadual de Ilhabela (SP), sendo uma delas com uso mais massificado (Perequê) e outra com maiores restrições ao uso turístico (Castelhanos). A pesquisa foi desenvolvida com trabalhos de campo de observação direta, pautada pela identificação de aspectos ligados ou destoantes em relação ao turismo responsável. As análises dos dados coletados foram feitas a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. O estudo possibilitou a compreensão das dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais presentes nas praias em estudo, permitindo a elaboração de uma proposta de diretrizes gerais de planejamento e gestão do turismo em bases responsáveis.

**Palavras-chave:** Turismo Alternativo; Turismo de Natureza; Gestão participativa; Impacto ambiental.

### **PRELIMINARY GUIDELINES FOR RESPONSIBLE TOURISM IN INSULAR TOURIST BEACHES IN THE SURROUNDING OF NATURAL PROTECTED AREAS**

### **ABSTRACT**

Beaches are environments used for recreation in Brazil, almost always associated with massive use patterns. However, some beaches are located inside and around natural protected areas, making it necessary to plan and manage them so that they have a lower impact on the environment. Based on this perspective, research was carried out on two beaches around the Ilhabela State Park, one of them with a higher massive use (Perequê) and the other with greater restrictions on tourism use (Castelhanos). The research was carried out with direct observation fieldwork, guided by the identification of related or dissonant aspects in relation to responsible tourism. The analyzes of the collected data were made from bibliographical and documentary research. The study made it possible to understand the economic, social, environmental and cultural dynamics present on the beaches under study, enabling a proposal to be drawn up for general guidelines for planning and managing tourism responsibly.

**Keywords:** Alternative Tourism; Nature Tourism; Participative Management; Environmental Impact.

### **INTRODUÇÃO**

As práticas de turismo são analisadas por estudos acadêmicos tanto em relação à sua forma quanto à segmentação de mercado. O Turismo Responsável, abordagem escolhida para este artigo, é compreendido como uma forma de fazer o turismo que deve levar em conta as especificidades sociais e ambientais de cada destino, com o uso de estratégias de planejamento turístico como instrumento de transformação social (Oliveira; Fontana, 2006; Gabrielli, 2017; Lobo, 2020). Parte dos impactos negativos do turismo podem ser

<sup>1</sup> Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental e Turismóloga/UFSCar – Sorocaba, SP. E-mail: [camilaturismoseixas@gmail.com](mailto:camilaturismoseixas@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Geociências e Meio Ambiente, Professor no DGTH/UFSCar – Sorocaba, SP. E-mail: [heroslobo@ufscar.br](mailto:heroslobo@ufscar.br)

reduzidos, a medida em que são impostas adaptações do turismo massificado para um modelo alternativo de turismo. Esta transposição deve ser feita conforme a realidade local, de modo a guiar os atores atuantes da área, acordando as suas estratégias de competitividade, cooperação e sustentabilidade (Cunha; Cunha, 2005; Burrai *et al.*, 2019; Borsanelli *et al.*, 2021).

Neste sentido, o direcionamento do Turismo Responsável pode ser feito por meio de diretrizes, as quais são consideradas em dois enfoques. O primeiro é apresentar um caminho para a inserção da comunidade de interesse como atores do *trade* turístico, possibilitando o diálogo com as instituições gestoras do turismo, de modo a conscientizar os usuários privados (comerciantes, quiosques, eventos, secretarias que eventualmente utilizam os espaços, guias, agências de turismo, jipeiros e outros). O segundo é a possibilidade de trabalhar a participação e envolvimento social visando o benefício coletivo. A estratégia de desenvolvimento do turismo local precisa estar aliada às estratégias de cooperação, competição e sustentabilidade. Neste cenário, o turismo ainda possui espaço para avançar em termos de pesquisas e modelos de medidas de impactos no desenvolvimento local.

Em contraponto, o turismo de base local vem se destacando com maior potencial de expansão em escala mundial (Kronemberguer, 2019; Lohmann *et al.*, 2021). Fischer *et al.* (2006) e Fischer (2012) defendem que há uma complexidade entre as relações de dominantes e dominados, com avanços ou retrocessos, diversificando a pluralidade do poder do espaço público. Neste contexto, cada organização que ali atua detém os seus interesses e conflita com a construção social do desenvolvimento local. Os autores enobrecem a importância da representatividade plural das instituições, empresas e poder público que operam determinados locais de espaço público. Ainda que haja conflitos de interesses, é preciso que as ações sejam feitas de forma articulatória, através dos arranjos produtivos locais (APLs), de modo independente entre os grupos. Por fim, defende ainda a tendência de haver agentes de desenvolvimento local, responsáveis por identificar conflitos, administrar, articular e criar estratégias, como método de potencializar a gestão do território.

Para melhor entender as dinâmicas de especificidades de cada local e impactos ambientais e sociais que a falta de responsabilidade na gestão de praias pode ocasionar, foram escolhidas duas praias de um mesmo destino, para fins de comparação: Perequê e Castelhanos, as quais estão entre as mais visitadas de Ilhabela (SP) (Ilhabela, 2017). Por outro lado, apresentam divergências contrastantes nas formas de ocupação do território e uso de ambas, havendo maiores restrições em Castelhanos, pela dificuldade maior de acesso e pelo perfil de produto turístico consolidado para seu uso. Tais características remetem à impressão de haver uma disparidade nos níveis de responsabilidade no uso destes ambientes, aspecto que está no cerne da análise realizada. Neste aspecto, buscou-se investigar se as características ambientais, culturais e sociais locais passaram a ser descaracterizadas, alterando a paisagem e afastando a população local de suas moradias

para tornar-se parte dos equipamentos turísticos, com espaços e realidades transformados e entregues à especulação imobiliária.

Diante dos aspectos iniciais apresentados, o objetivo da pesquisa foi desenvolver uma análise deste complexo cenário para apresentar diretrizes que possam nortear o comportamento cooperativo na gestão do destino, visando direcionar a atividade turística para ser vetor de desenvolvimento local responsável.

## **MÉTODOS E ETAPAS DA PESQUISA**

O desenvolvimento da pesquisa se baseou na análise de dados secundários – bibliográficos e documentais – e trabalhos de campo, com ênfase na observação direta de impactos da visitação e na busca ativa de poluição residual sólida nas praias, decorrente do comportamento inadequado dos visitantes. A pesquisa de dados secundários se concentrou nos temas “sustentabilidade”, “turismo responsável”, “planejamento sustentável e turístico sustentável”, “turismo em áreas protegidas” e “turismo de natureza e ecoturismo”. As bases conceituais e metodológicas que nortearam a pesquisa e as análises foram obtidas nos trabalhos de Diegues (2000), Harvey (2005), Cunha; Cunha (2005), Fischer (2012), Ruschmann (2016), Gabrielli (2017) e Lobo (2020).

Paralelamente, visitas técnicas aos locais de pesquisa foram realizadas com periodicidade semestral nos anos de 2018 a 2022, em diferentes períodos da temporada turística (alta e baixa), para acompanhamento do fluxo turístico e registros fotográficos. Os padrões de ocupação do território, bem como as práticas de gestão e uso turísticos foram observados, sem interferência direta nas dinâmicas estudadas.

A análise dos dados obtidos focou na elaboração de diretrizes, tal como vem sendo feito e sugerido em processos de gestão de áreas naturais protegidas (Vallejo, 2013; Leung *et al.*, 2023), partindo de problemas identificados, com foco naqueles que fogem às especificidades locais. Com base no referencial teórico, foram feitas sugestões de propostas e práticas mais compatíveis com recomendações de uso com aspectos conservacionistas, ligadas ao Turismo Responsável (Oliveira; Fontana, 2006; Vallejo, 2013; Gabrielli, 2017; Lobo, 2020; Leung *et al.*, 2023).

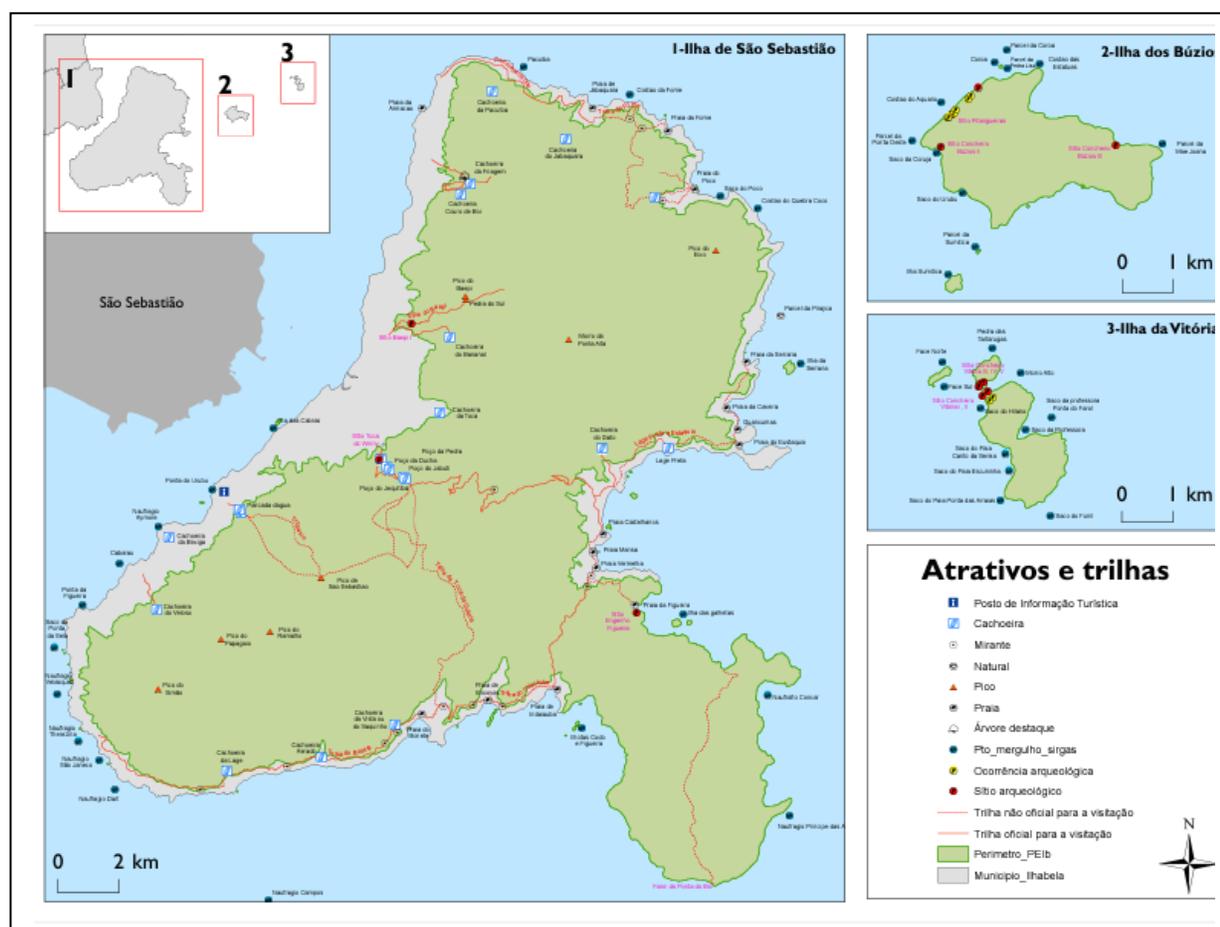
## **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA**

O Município de Ilhabela é o único município-arquipélago marinho brasileiro (Ilhabela, 2017), composto por quatro ilhas e onze ilhotas, classificadas em função do tamanho, sendo as ilhotas as porções emersas menores, geralmente inabitadas (Menegatto, 2021). O arquipélago possui 346 km<sup>2</sup> e mais de 400 ribeirões encachoeirados. É separado do continente pelo canal de São Sebastião, com largura entre a porção continental e a insular que varia entre 2 e 5 km de extensão (Ilhabela, 2015a). Além disso, o litoral de Ilhabela – com exceção do canal de São Sebastião – faz parte da APA Marinha do Litoral Norte (Ilhabela, 2017). Na vertente oposta da serra, localiza-se a Baía dos Castelhanos e a Enseada das Enchovas, sendo voltadas ao mar aberto, e o litoral de face mais recortada.

O arquipélago de Ilhabela é parcialmente protegido por uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), sendo permitido o uso indireto dos seus atributos naturais para fins de turismo e recreação, pesquisa científica e educacionais. No PEIb, foram identificadas mais de 240 espécies de mamíferos, 50 espécies de anfíbios e répteis e boa parte são espécies endêmicas (Ilhabela, 2017).

O processo de desenvolvimento de Ilhabela passou por diversas fases de transformação em detrimento dos processos históricos, face às forças produtivas geradoras de economia a cada época. Desse modo, alterou-se a paisagem, a arquitetura, passando por processos de gentrificação e mudanças econômicas ocasionadas pela atividade turística. A história do processo econômico deste município, a partir da colonização dos portugueses, ocorreu por meio de engenhos de açúcar e cachaça, bem como da produção de fumo, anil, arroz e mandioca. No século XVII, no porto, havia o ponto comercial onde se distribuía a produção local, entre o que chegava de fora, como tecidos, carne seca e vinhos. Já no século XIX, a economia era agrária e o trabalho era escravo. Posteriormente à escravidão, as atividades de subsistência se organizavam a partir da pesca, caça e agricultura; para até então chegar na atividade turística (Calvente, 1997). Assim como os demais municípios da região, devido aos seus potenciais naturais, hoje se extrai dessa economia.

Para a pesquisa, foram selecionadas duas praias que representam extremos dos perfis de visitação no destino, Perequê e Castelhanos. Ambas estão localizadas no entorno do PEIb, como demonstrado na Figura 1.



**Figura 1.** Localização das praias amostradas na pesquisa, Perequê (círculo vermelho) e Castelhanos (círculo roxo) em relação à ilha de São Sebastião e ao PEIb (polígono verde). Fonte do mapa: São Paulo (2015)

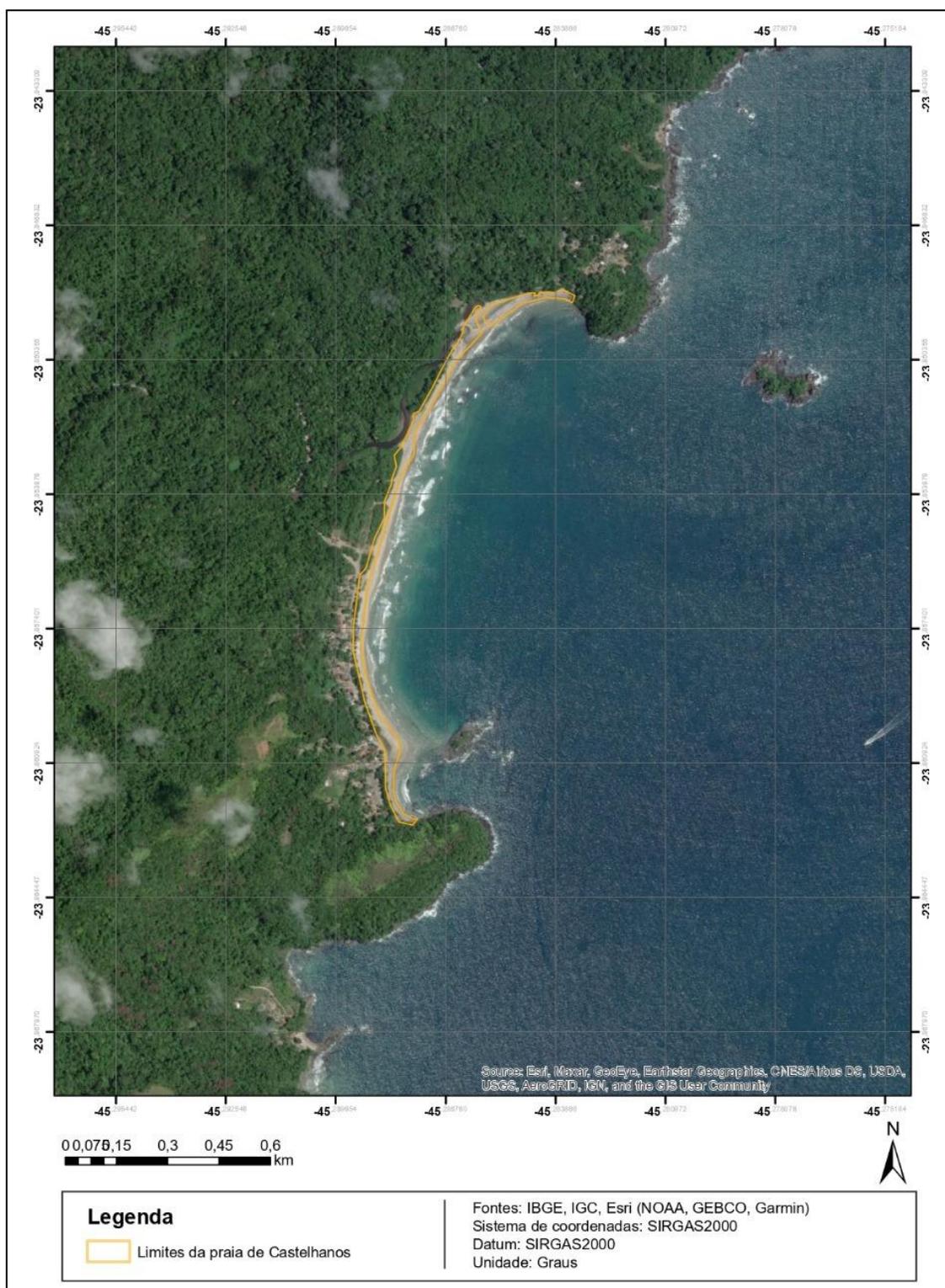
As praias Perequê e Castelhanos são muito frequentadas, com evidências de se tratarem de perfis distintos de público, devido aos custos para chegar à segunda praia. Conforme observado em campo, os preços variam entre R\$ 100,00 à R\$ 300,00 por pessoa, além do que é cobrado por itens de alimentação e bebida. O acesso à Castelhanos depende de um veículo tracionado ou da contratação de uma agência de receptivo. No entanto, pressupõe-se que o problema mais evidente em ambas as praias é a falta de gestão para o fluxo de pessoas que recebem, ocasionando impactos ambientais negativos e econômicos.

### **Praia de Castelhanos**

A praia de Castelhanos (Figura 2) é parte da Baía dos Castelhanos, cuja composição é da praia Mansa, praia Vermelha, Canto do Ribeirão, Canto da Lagoa, praia da Figueira e Saco do Sombrio. A Baía dos Castelhanos é resultado do processo de escavação das rochas granito-gnáissicas, que tende a removê-las do entorno das intrusões alcalinas, ocorrendo um trabalho conjunto das erosões marinhas e fluviais, o que permite que o mar se adentre à terra. A praia dos Castelhanos possui planície formada por depósitos recentes, da era quaternária, de origem fluvial e marinha. O mesmo ocorre com a praia do Perequê, voltada ao canal de São Sebastião, e ambas são as únicas com alguma expressão em Ilhabela (Noffs, 2007).

A Praia de Castelhanos localiza-se em ambiente cercado pela UC, com acesso restrito à Estrada-Parque e ao mar, onde residem comunidades tradicionais (CTs). A praia conta com equipamentos turísticos de hospedagem, alimentos e bebidas, estacionamento e um espaço de exposição/comercialização de artesanatos das CTs. Regras de acesso terrestre e controle de capacidade de carga de veículos, a partir da guarita do PEIb, foram colocadas no Plano de Manejo, sendo possível transitar apenas por veículos tracionados, motocicletas e bicicletas, em horários específicos, de oeste a leste, no período das 08h às 14h. E no sentido contrário, no período das 15h às 18h (São Paulo, 2015). Conforme as regras de visitação estabelecidas pelo PEIb em conjunto com as comunidades locais, 107 veículos podem trafegar pela estrada diariamente. Destes, 65 são jipeiros cadastrados no PEIb, sendo que cada jipe pode levar no máximo nove passageiros. Os demais veículos permitidos são 42 particulares e 60 motocicletas (Fundação Florestal, 2013).

Castelhanos é o segundo local mais visitado de Ilhabela, estando entre os passeios mais comercializados pelas Operadoras de Turismo (Ilhabela, 2017). Conforme dados disponibilizados pela gestão do PEIb em agosto de 2023, a Estrada Parque de Castelhanos recebeu, no ano de 2021, 16.673 veículos e um total de 77.976 visitantes. Já em 2022, foram 17.672 veículos e 79.620 visitantes.

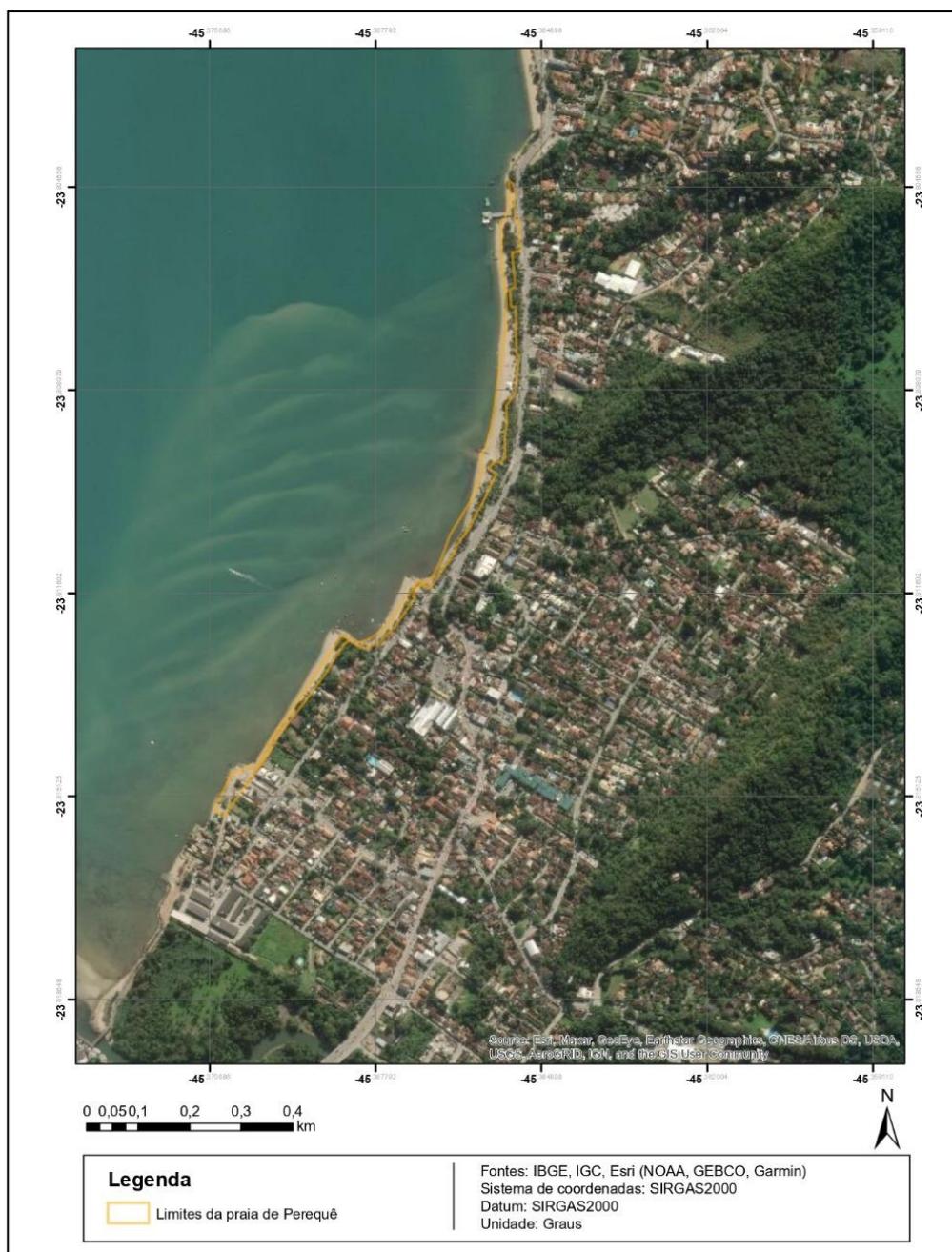


**Figura 2:** Imagem aérea da localização da Praia de Castelhanos e seu entorno composto por Mata Atlântica em Unidade de Conservação. Elaboração: Bruno Versolato

### **Praia do Perequê**

A praia do Perequê (Figura 3) possui acesso marítimo e terrestre (livre), com estacionamentos e pontos de ônibus com horários frequentes e regulares, em frente a faixa de areia. Detém de um dos sete píeres públicos de Ilhabela. Localiza-se na área central do município, no núcleo comercial e demográfico, e em Zona Urbana de baixa restrição (ZU2). Ocupa a maior planície do município, junto aos bairros Barra Velha e Itaquanduba (Ilhabela, 2015b). Os relevos com inclinação predominante são de 0 a 30% na região do Perequê, onde há também problemas de drenagem das águas em períodos de alta pluviosidade, marés e enchentes, ocorrem nos bairros do Perequê e Barra Velha, havendo transbordo e alagamentos (Ilhabela, 2015a).

Em relação à vegetação da praia do Perequê, em seu entorno encontra-se o manguezal e uma restinga totalmente descaracterizada. Em toda a ilha, as áreas de manguezal estão localizadas na Barra Velha-Perequê, Vila e na Baía dos Castelhanos, sendo que no Perequê estão presentes três fragmentos/bosques, com espécies típicas de mangues. O Bosque do Perequê 2, o qual localiza-se na “Foz do Rio Perequê” é o maior fragmento face ao canal de São Sebastião. Contrário a isto, destaca-se que há pressões socioeconômicas nessas áreas, onde estão sendo construídos imóveis para marinas e outras construções, afetando diretamente a fauna e flora local, como tem sido os casos de aparecimento de mamonas, espécie exótica invasora (Ilhabela, 2015b).



**Figura 3:** Imagem aérea da localização da Praia do Perequê com seu entorno urbanizado.  
Elaboração: Bruno Versolato.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As discussões teóricas do desenvolvimento turístico sustentável emergem, sobretudo, pós Conferência Mundial do Meio Ambiente, popularizada como Rio 92. Posteriormente, implicações práticas começaram a ser observadas em diversos destinos do mundo, com tentativas de apresentar melhorias nas condições de uso turístico e na gestão (Körössy,

2008; Ruschmann, 2016; Irving *et al.*, 2020). Este cenário é permeado também sob a ótica do turista, pela “busca pelo verde”. Trata-se de uma fuga dos grandes centros urbanos, nos quais os ambientes são mais deteriorados em função da poluição sonora, visual, atmosférica, violência, congestionamentos e doenças, gerando desgastes psicofísico dos indivíduos (Ruschmann, 2016, Souza *et al.*, 2019).

No entanto, o hábito de viver em um entorno e uma rotina deteriorados faz com que o ser urbano reproduza a agressão do seu meio e a sua banalização com os problemas nos lugares em que visita (Ruschmann, 2016; Pronovost, 2018; Beni, 2020). Alguns dos fatores que ocasionam a falta de um planejamento do turismo, segundo Lobo (2012), são desgastes nas relações entre destino, turista e todo o sistema turístico envolvido. Um desses conceitos é a entropia, ou seja, é um produto eminente de baixo grau de controle, que pode gerar prejuízos irreparáveis ao sistema. O que se opõe a entropia é a homeostase, que é o princípio da conservação da energia para a manutenção do sistema em períodos maiores.

Neste cenário, há uma análise constante a se fazer em todos os destinos, independentemente de quais forem suas possibilidades ou realidades de uso turístico, baseada no pressuposto de que o ambiente possui, de fato, um limite de uso a ser considerado, sem comprometer suas propriedades, processos e elementos (Zhou *et al.*, 2019; Butler, 2020). No caso dos destinos turísticos, considera-se que

[...] o sistema turístico é dotado de uma dinâmica de interações condicionada: a uma evolução temporal; a uma dinâmica de alteração espacial; a um conjunto de intenções; e a outro conjunto, de regras, diretrizes e limites de uso, que buscam resguardar a sua manutenção” (Lobo, 2012, p. 107).

Esta compreensão é necessária para que se chegue em todas as camadas dos atores do turismo, para que, assim, a gestão desses limites seja compreendida aos moldes do conhecimento, prevenindo problemas irreversíveis ou de longa recuperação, e que possa chegar ao ponto de buscar a “capacidade de inovação”, explicada por Ruschmann (2016), Dias *et al.* (2022) e Lyu *et al.* (2023).

Por outro lado, quando é dada a devida importância ao planejamento, a atividade turística apresenta condições de propor modelos e modos alternativos, baseando-se na capacidade de inovação e no crescente interesse das pessoas por modelos alternativos e menos massificados de consumo (Gabrielli, 2017; Streimikiene *et al.*, 2021). Para tanto, há etapas que precisam ser estabelecidas de modo a possibilitar um levantamento de dados sobre a potencialidade das áreas em foco. Assim, diagnosticar a situação atual, seguindo de um prognóstico, ou seja, a situação futura do local, para que dessa forma sejam propostas as ações e diretrizes, auxiliando nas orientações das atividades turísticas, que seja considerada a sustentabilidade dos recursos ambientais (Fernandes, 2005). Quando os processos fundamentais – ecológicos, econômicos, sociais e culturais – de produção e reprodução funcionam, entende-se que a sociedade é sustentável. Porém, deve-se considerar a adoção de um nível mais baixo de desenvolvimento das forças produtivas, balizado pela necessidade de conservação dos recursos naturais. Dessa forma, identificam-se possibilidades para ampliar o equilíbrio entre as bases da sustentabilidade (Diegues, 2000).

Neste cenário, o turismo tem ganhado espaço como ponto de interesse e consumo de conhecimento do ser humano, visando contribuir com a formação dos indivíduos e dos grupos sociais, por diferentes meios (Souza, 2014; Fazito *et al.*, 2017). Como resultado, promove desenvolvimento e proporciona descanso e diversão, fazendo com que as várias dimensões que o formam – comercialização, transporte, hospedagem, alimentos e bebidas, infraestrutura e serviços – tornem-se um sistema, onde as variáveis envolvidas interagem entre si, podendo resultar em reflexos positivos e/ou negativos no meio econômico, social e, principalmente, ambiental (Leiper, 1990; Lobo, 2012; Valeri; Baggio, 2021). Panosso Netto (2010) afirma que a humanidade chegou a um estágio em que a simplicidade lhe interessa mais, no sentido de que o luxo vem perdendo espaço, e vem ganhando o maior encontro com o natural, autêntico (Andrade-Matos *et al.*, 2022). A maioria das pessoas busca pelo diferente, por aquilo que lhe marque e fuja de seu cotidiano. Neste contexto, ao mercado turístico deve ser incorporado o paradigma da sustentabilidade, como forma de conduzir seu desenvolvimento para utilizar os recursos naturais, sociais e econômicos disponíveis, para prever e controlar os impactos resultantes (Ruschmann, 2016).

Harvey (2005) aponta que há uma enorme complexidade na gestão do espaço, envolvendo o poder público e o universo empresarial com a dinâmica do empreendedorismo, chamando-o de “novo empreendedorismo urbano”. Nesta abordagem, os gestores públicos se colocam como figura empreendedora, inovadora de determinado local. Com isso, há um envolvimento público-privado, o qual foca no investimento e no desenvolvimento, por meio de construção especulativa do local. Harvey (2005) explana a concorrência interurbana, em consequência da diminuição de custos de transportes, barreiras espaciais para o movimento de bens, pessoas, moedas e informações. Para isso, houve uma movimentação de investimentos, empregos, turismo etc. Assim, o novo empreendedorismo urbano aumentou a flexibilidade das estratégias administrativas nos mercados segmentados, observando as tendências de acordos locais em lugares onde o capitalismo é avançado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Como o turismo é desenvolvido nas praias analisadas?**

O uso de ambas as praias é caracterizado por fatores como o fluxo de visitação desproporcional ao espaço e estrutura, descontrole de capacidade de carga e a ausência da gestão de resíduos. As consequências observadas geram impactos negativos para o poder público, iniciativa privada, turistas e moradores. Uma das praias se encontra em ambiente urbanizado, em frente à avenida, com práticas de esportes náuticos na areia, quiosques de alimentação, pista de corrida e ciclismo, saídas de passeios náuticos, transportes náuticos particulares de passageiros e de moradores das áreas isoladas, comercialização de pescados e sede de eventos. A outra possui uma dinâmica de fluxo mais organizada por conta das restrições de horários e do acesso terrestre pela estrada-parque. No entanto, o acesso marítimo não tem controle, gerando uma densidade de ocupação turística elevada e sobrecarregando os quiosques de alimentos e demais equipamentos turísticos. Observou-se que este fluxo pode ser considerado um embrião da urbanização observada na praia já

alterada, evidenciado pela exclusão gradativa da comunidade tradicional local, bem como o aumento da produção de resíduos sólidos e sobrecarga dos sistemas de saneamento locais.

A praia do Perequê é palco de eventos temáticos ao longo do ano, sejam movimentos de comemorações globais, nacionais, locais, assim como aqueles cujo objetivo é reduzir a sazonalidade. No entanto, os eventos tendem a instalar as estruturas (palco, tendas, banheiros químicos, etc.) bem próximas ao manguezal, cabendo salientar que o comportamento dos turistas é incompatível com a fragilidade e as características do ambiente (Figura 4).

Foram registrados, à esquerda da figura, os primeiros momentos a luz do dia após a festa de Réveillon, no dia 1.º de janeiro de 2019, na praia do Perequê, faixa de areia entre 5h30 e 7h. Ainda haviam pessoas na praia, os comércios estavam fechados, mas foram encontradas garrafas plásticas e de vidro – algumas quebradas –, bitucas de cigarros, copos descartáveis e demais resíduos sólidos.

A imagem enseja a discussão do perfil do turista (Körössy, 2008; Gabrielli, 2017), que ao se deparar com uma praia em ambiente insular dessa forma, independentemente de haver onde jogar tais resíduos ou não, adota um comportamento que não condiz com o ambiente natural do entorno de uma UC, sobretudo em uma região costeira, onde a tendência é que grande parte dos resíduos seja carregada para o oceano. A imagem destoa completamente do ideário de natureza intocada (DIEGUES, 2000) que permeia os fluxos de viagem para áreas singulares como Ilhabela e se assemelham muito mais ao padrão dos centros urbanos (Körössy, 2008; Ruschmann, 2016). Esta imagem mental se reflete, um pouco mais, na Praia de Castelhanos (Figura 2).



**Figura 4.** Contraste da disposição inadequada de lixo na praia do Perequê após a noite do Reveillon de 2019 (esq.) com o aspecto geral mais organizado da praia de Castelhanos (dir.)

Outros registros de comportamentos inadequados foram coletados ao longo da pesquisa nesta praia. A complexidade do uso público e privado ocorre devido às interações diversas, sendo em dias de eventos, atividades ao ar livre, esportes, lazer e serviços de bens de consumo não duráveis, mediante equipamentos turísticos disponíveis. Também não existe uma organização do bairro do Perequê, dado que não é uma praia que está nos catálogos de guias de turismo ou agências, tampouco em guias turísticos da cidade. Por ser centralmente localizada, possui uma interação de fluxo integral, tornando-se complexa aos

modos de uma gestão integrativa, participativa, de maneira que contemple todas as interações das atividades que ali ocorrem, de diversos segmentos para diversos públicos.

Por outro lado, é uma praia de interações econômicas e sociais entre os equipamentos turísticos e usuários, com um fluxo constante. Assim, uma participação da população civil, empreendimentos e entidades educacionais do bairro, comporiam a uma realidade de gestão colaborativa, com mais diálogos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Identificou-se a importância da gestão responsável na praia do Perequê, justamente por sua localização, e também por haver uma dinâmica diferente de Castelhanos, ainda que ambas estejam em um arquipélago que se coloca como um destino de natureza, permeado por uma UC de proteção integral.

A praia de Castelhanos também recebe um fluxo intenso de turistas em um período consolidado do dia, com hora para chegada e saída. Observou-se a existência de esforços por parte do *trade* turístico local – composto por guias de turismo, jipeiros e agências de turismo, meios de hospedagens, estacionamento, Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), alimentos e bebidas, artesanato e experiências – para que esse produto seja um dos mais consumidos de Ilhabela. Porém, existe um padrão de consumo que impacta no uso da praia, evidenciado pela especulação imobiliária, aumento de resíduos sólidos, incapacidade de saneamento para o recebimento do fluxo e empreendimentos turísticos de empresários de fora das comunidades tradicionais.

No entanto, o Turismo de Base Comunitária (TBC) enquanto modo de execução da atividade turística (Lobo, 2020) vem sendo desenvolvido no local. Observou-se a gestão colaborativa por meio de interações culturais, ambientais e econômicas com as outras 16 comunidades tradicionais caiçaras, por meio do artesanato, pesca e roças. Castelhanos possui a maior organização entre as comunidades tradicionais, sendo a primeira a formatar produtos ligados ao TBC, com apoio e articulação de consultorias especializadas. Porém, há um conflito entre posições e formas de produção do turismo, observado pelo convívio entre um turismo tradicional e massificado com propostas emergentes de turismo alternativo com características de TBC.

O conjunto de interações singulares observadas em Castelhanos caracteriza sua identidade, marcada pela autenticidade (Andrade-Matos *et al.*, 2022). O cotidiano de Castelhanos, quando o fluxo é menos intenso ou quando não existe um fluxo turístico, é marcado por uma identidade local latente, com a comunidade e pequenos moradores externos que ali residem. Com efeito, Castelhanos possui duas associações de moradores das comunidades tradicionais, os quais, organizados, exercitam a gestão colaborativa, fortalecem a cultura local e buscam a proteção do território tradicional, sendo resistência ao setor imobiliário e à inserção do turismo de massa.

Assim, o TBC que vem sendo praticado é um exercício de trabalhar de forma colaborativa em prol de um bem comum, de um desenvolvimento democrático e sustentável. Com isso, entende-se também que as diretrizes propostas para uma gestão responsável das praias – nos moldes de Vallejo (2013), em se tratando de um contexto de

UC –, visam garantir que o território tradicional não seja ainda mais ameaçado pelo turismo de massa. Sendo assim, há uma importância na unificação da participação das associações locais da praia e de todos os que interagem economicamente com este sistema socioambiental.

### Diretrizes para a gestão responsável das praias

A partir da identificação de padrões do uso atual, sobretudo de seus problemas ambientais, sociais e culturais, foram propostas diretrizes para que os atores atuantes em Ilhabela possam melhorar as práticas turísticas locais. As diretrizes foram baseadas nos trabalhos de Vallejo (2013), Burrai *et al.* (2019), Butler (2020), Borsanelli e Lobo (2021), Lohmann *et al.* (2021), Andrade-Matos *et al.* (2022) e Leung *et al.* (2023), para temas como: autenticidade, organização social local, gestão responsável, limites de uso do ambiente, gestão de áreas protegidas, governança local, segmentação sustentável. As diretrizes foram sintetizadas no Quadro 1.

**Quadro 1:** Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável das praias

<b>Ponto de Fragilidade</b>	<b>Proposta de Solução</b>	<b>Como Solucionar</b>
Eventos	- Exigência de elaboração de um protocolo de gestão de resíduos sólidos do evento e empreendimentos parceiros.	- Lei municipal - Legitimar o grupo de Gestão Colaborativa - Revisão do Plano de Manejo do PEIb, com diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no entorno da UC.
Empreendimentos turísticos na praia e proximidades (Alimentos e Bebidas)	- Limitar o crescimento dos atuais e a abertura de novos empreendimentos; - Proibição de produtos descartáveis plásticos; - Incentivos fiscais aos empreendimentos que cumprirem com as diretrizes de Turismo Responsável; - Ações de conscientização e educação dos empreendedores.	- Revisão dos Planos Municipais (PGT, Diretor); - Lei municipal.
Empreendimentos turísticos de esportes náuticos e passeios náuticos	- Controle de uso do espaço através de gestão coletiva; - Controle de crescimento das marinas; - Controle de resíduos sólidos; - Políticas de incentivos fiscais.	- Revisão dos Planos Municipais (PGT, PMMA, Diretor); - Lei municipal; Criação de uma Câmara Técnica de Esportes e Passeios Náuticos, como parte do Conselho de Turismo e do Conselho do PEIb, com voto e cadeira representativa.
Banheiro Público	- Construção de banheiros ecológicos com lavabos anexo aos empreendimentos de Alimentos e Bebidas, com livre acesso ao público consumidor e ao não consumidor, como medida de proteção do espaço e compensação ambiental em	- Revisão dos Planos Municipais (PGT, PMMA, Diretor); - Lei municipal.

<b>Ponto de Fragilidade</b>	<b>Proposta de Solução</b>	<b>Como Solucionar</b>
	favorecimento público.	
Espaço de uso coletivo (toda a área da praia)	- Proibição do consumo de cigarros em toda a área costeira.	- Lei municipal.
Consumo de bebidas alcoólicas	- Informativos na praia dos perigos representados; - Informativos na praia de responsabilização por acidentes ocasionados pelo consumo em local inapropriado.	- Lixeiras com sinalização e específicas de garrafas, metais, orgânicos, secos; - Instalação de placas informativas e com as responsabilidades assumidas; - Ações de Educação Ambiental do Conselho Consultivo de Educação Ambiental e do Conselho do PEIb.
Resíduos sólidos	- Placas informativas e educativas de aspectos naturais e ambientais da vegetação, mangue e ambiente marinho; - Disposição de lixeiras fechadas (a prova de ventos e chuvas); - Placas educativas estimulando os turistas a se responsabilizarem pelo lixo produzido.	- Lei municipal; - Aplicação de multas.
Atividades turísticas em áreas com comunidades tradicionais	- Quaisquer propostas devem ser passadas pelas comunidades e construídas coletivamente para que haja engajamento, pertencimento, aprovação e funcionalidade.	- Conselho Deliberativo/Consultivo – Comunidades Tradicionais. - Revisão do Plano de Manejo do PEIb; - Lei municipal.
Acesso turístico por via marinha em praias afastadas	- Sob autorização e controle da comunidade local, via conselho consultivo.	- Conselho Deliberativo/Consultivo – Comunidades Tradicionais. - Revisão do Plano de Manejo do PEIb; - Lei municipal.

Entende-se que a eventual implantação das propostas realizadas deva ocorrer de maneira inclusiva e participativa, para poder funcionar com maior coerência e representatividade. Tanto o turismo quanto a sustentabilidade trabalham a interdisciplinaridade das dimensões da economia, sociedade, cultura e ecologia/meio ambiente (Lohmann *et al.*, 2021). Com isso, é preciso que cada uma dessas áreas saiba dos passos das outras e trabalhem juntas, para aumentar a eficácia nos processos e ampliar a possibilidade de desenvolvimento de um Turismo Responsável. Para haver esse envolvimento, é preciso estarem alinhados entre os atores/*trade* turístico, junto à governança (poder público-secretarias e entidades/associações/ONGs), e com a participação e pertencimento das áreas planejadas.

A proposta não visa substituir a forma tradicional de turismo pela alternativa, pois ambas não deixarão de existir. Porém, nota-se ganho de mercado das formas alternativas, o que caracteriza que cada vez mais o turista do mercado tradicional não se sente contemplado (Gabrielli, 2017).

Com isso, uma definição do Turismo Responsável, a partir de Oliveira e Fontana (2006), é que se caracteriza, principalmente, pela participação efetiva do turismo nas comunidades envolvidas, sendo de características socioculturais ou localização geográfica. Desse modo, forma-se um elo entre atores inseridos diretamente no processo, havendo um equilíbrio de benefícios e responsabilidades, para que assim gere uma participação da comunidade no desenvolvimento do turismo.

Ao pensar na lógica do mercado, a qual vem sofrendo tais mudanças (Panosso Netto, 2010), entende-se que as propostas possibilitam um consumo mais responsável do local, assim, os empreendedores também focam mais nas práticas sustentáveis de oferta. Gabrielli (2017) aponta como proposta a criação de indicadores, que dessa forma possam transparecer números e resultados qualitativos para estratégia de gestão/investimentos/planejamento. Por fim, ressalta-se a importância de articular as políticas públicas locais, para o incentivo à prática de um turismo mais saudável; e para que as práticas possam coexistir harmonicamente de acordo com cada realidade local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, compreende-se a necessidade de haver o envolvimento entre os agentes responsáveis por praias localizadas no interior ou entorno de áreas naturais protegidas, para que uma proposta de uso em bases conservacionistas, nos moldes de um Turismo Responsável, possa ser implantada. As diretrizes sugeridas não esgotam as possibilidades de transformação do turismo convencional em um turismo alternativo qualificado, mas são os primeiros passos para esta mudança, em consonância com as mudanças de perfil de consumo que já vem ocorrendo na sociedade atual.

Entende-se que no Turismo, unidades territoriais amplas como uma UC ou um município são o próprio produto, denominado de destino. Este se caracteriza não somente em função dos segmentos de turismo que desenvolve – ecoturismo, aventura, náutico etc. – mas também em função da forma como o turismo é praticado. Assim, um destino consagrado como paradisíaco, sustentável e responsável, precisa adaptar suas práticas de planejamento e gestão para obter resultados conforme a proposta realizada e também com a expectativa dos visitantes. A própria sobrevivência do destino depende disso, sobretudo em tempos de divulgações massivas em redes sociais e alcance da informação sem total controle do destino.

A gestão responsável precisa estar alinhada entre os setores aos quais serão propagados como um Turismo Responsável, com alinhamento entre os atores do *trade* local e o poder público – neste caso, nas esferas municipal e estadual. Considera-se que para a aplicação das diretrizes sugeridas, seria importante a composição de câmaras temáticas consultivas ou deliberativas sobre este tipo de turismo, ligadas ao COMTUR e ao Conselho Consultivo do PEIb, com a participação ampla de atores locais, sobretudo das comunidades existentes na região.

Contudo, ao se falar de planejamento turístico responsável de uma ilha, as pressões para que isso tudo ocorra de maneira harmônica e em consonância se apresentam com desafios, que dependem de vontade política, participação e engajamento da comunidade, incentivos públicos aos meios privados e ações de educação ambiental e patrimonial. Junto a isso, é preciso ser um processo participativo e integrativo, responsabilizando os atores e os envolvendo nos processos de execução, planejamento e decisão, para haver entendimento e pertencimento. É um processo de articulação política entre a população, lideranças de grupos de interesse, empresários e os poderes públicos, para a execução do planejamento e gestão do Turismo Responsável em áreas naturais protegidas.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE-MATOS, M. B.; RICHARDS, G.; BARBOSA, M. L. A. (2022) Rethinking authenticity through complexity paradigm. *Annals of Tourism Research*, v. 92, p. 103348. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738321002267>. Acessado em: 12 jun. 2023.
- BENI, M. C. (2020) Saturação e rejeição ao turismo nas destinações turísticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, p. 1-8. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1847>. Acessado em: 7 jun. 2023.
- BORSANELLI, F. A.; NEIMAN, Z.; LOBO, H. A. S. (2021) Percepção dos stakeholders sobre os impactos do fechamento das cavernas turísticas do PETAR em 2008. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 14, n. 5.
- BURRAI, E.; BUDA, D. M.; STANFORD, D. (2019) Rethinking the ideology of responsible tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, Londres, v. 27, n. 7, p. 992-1007.
- BUTLER, R. W. (2020) Tourism carrying capacity research: a perspective article. *Tourism Review*, [S. l.], v. 75, n. 1, p. 207-211. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/TR-05-2019-0194/full/html>. Acessado em: 6 jun. 2023.
- CALVENTE, M. C. M. (1997) Ilhabela: turismo e território. *Nupaub-USP*, São Paulo, p. 93-110.
- CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. (2005) Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, p. 63-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/yMkXZ59bTp4VmJyFzbwBfDm/?format=pdf>. Acessado em: 6 jun. 2023.
- DIAS, A. L. *et al.* (2022) Local knowledge management and innovation spillover: exploring tourism entrepreneurship potential. *International Journal of Service Science, Management, Engineering, and Technology*, v. 13, n. 1, p. 1-14. Disponível em: <https://www.igi-global.com/article/local-knowledge-management-and-innovation-spillover/298671>. Acessado em: 7 jun. 2023.
- DIEGUES, A. C. (2000) *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- FAZITO, M. *et al.* (2017) O papel do turismo no desenvolvimento humano. *Papers do NAEA*, Belém, v. 372, n. 1, p. 21. Disponível em: <https://www.igi-global.com/article/local-knowledge-management-and-innovation-spillover/298671>. Acessado em: 10 jun. 2023.
- FERNANDES, L. R. A (2005) Capacidade de carga como instrumento do planejamento turístico sustentável em áreas litorâneas. *Anais do III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, Caxias do Sul.
- FISCHER, T. (2012) Gestão social do desenvolvimento de territórios. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 113-119.
- FISCHER, T. *et al.* (2006) Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, v. 40, p. 789-808. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/ZnDfQWyxq3Lm4V7tk6hmx3s/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 20 jun. 2023.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. (2013) *Portaria n.º 199/2013*. Altera e acrescenta dispositivos à Portaria Normativa FF/DE n.º 74/2009, dispõe sobre a Capacidade de Carga Transitória de Veículos da Estrada Parque dos Castelhanos no Parque Estadual de Ilha Bela, e estabelece providências correlatas. São Paulo. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/portarias-normativas/> Acessado em: 6 jun. 2023.

GABRIELLI, C. P. (2017) Vista do Turismo Responsável: caminhos possíveis? *Revista de Turismo Contemporâneo*, Natal, v. 5, n. 1, p. 81-97. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/7738>. Acessado em: 15 jun. 2023.

HARVEY, D. (2005) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

ILHABELA (Município). (2015a) Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Turismo. *Plano Gestor de Turismo*. Ilhabela: Prefeitura de Ilhabela.

ILHABELA (Município). (2015b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Conselho Municipal de Meio Ambiente. *Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica*, Ilhabela: Prefeitura de Ilhabela.

ILHABELA (Município). (2017) Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Turismo. *Plano de Marketing Turístico Estratégico de Ilhabela*. Ilhabela: Prefeitura de Ilhabela.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. (2020) Turismos, sustentabilidades e pandemias: Incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. *Observatório de Inovação do Turismo*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 73-105. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347788318>. Acessado em: 18 jun. 2023.

KÖRÖSSY, N. (2008) Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 56-68. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/238>. Acessado em: 14 jun. 2023.

KRONEMBERGER, D. (2019) *Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática*. São Paulo: Editora Senac.

LEIPER, N. (1990) Tourist attraction systems. *Annals of Tourism Research*, v. 17, n. 3, p. 367-384. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/016073839090004B>. Acessado em: 18 jun. 2023

LEUNG, Y.-F. *et al.* (2019) *Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas*. Gland: IUCN/WCPA/TAPAS Group. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/1372541/turismo-e-gestao-da-visitacao-em-areas-protegidas/1986748/> Acessado em: 13 jun. 2023.

LOBO. H. A. S. (2012) Princípios de incerteza, estado estacionário e evolução espaço-temporal na análise sistêmica das relações socioambientais no turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 6, n. 1, p. 96-108. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/410>. Acessado em: 14 jun. 2023

LOBO. H. A. S. (2020) Trajetórias do ideário de natureza e seus reflexos no turismo contemporâneo. In: MORETTI, E. C. (Org.). *Olhares geográficos: produção social da natureza*, Porto Alegre. p. 192-214.

LOHMANN, Gui *et al.* (2021) Tourism in Brazil: from politics, social inequality, corruption and violence towards the 2030 Brazilian tourism agenda. *Tourism Review*, [S. l.], v. 77, n. 1, p.72-96. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/TR-07-2020-0323/full/html>. Acessado em: 18 jun. 2023

LYU, J. *et al.* (2023) The effect of innovation on tourists' revisit intention toward tourism destinations. *Tourism Review*, [S. l.], v. 78, n. 1, p. 142-158.

- MENEGATTO, M. S. (2021) O que é uma ilha? Os horizontes da insularidade. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 3-24.
- NOFFS, P. S. (2007) *A Disputa pela hegemonia do Espaço na Baía dos Castelhanos*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22042008-132220/pt-br.php>. Acessado em: 10 jun. 2023
- OLIVEIRA, S. D.; FONTANA, R. F. (2006) Turismo responsável: uma alternativa ao turismo sustentável? In: *Anais do IV SeminTUR*, Caxias do Sul.
- PANOSSO NETTO, A. (2010) Experiência e turismo: uma união possível. In: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (Orgs.). *Turismo de Experiência*. São Paulo: Editora Senac. p. 43-56.
- PRONOVOST, G. (2018) A construção da noção de “turista” nas ciências sociais. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v.15, p. 158-168. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/791>. Acessado em: 14 jun. 2023
- RUSCHMANN, D. (2016) *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus editora.
- SÃO PAULO (Estado). (2015) Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. *Plano de manejo do Parque Estadual de Ilhabela*. São Paulo: FF.
- SOUZA, M. C. C. (2014) Educação Ambiental e as trilhas: contextos para a sensibilização ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 239-253.
- SOUZA, J. S.; MIYAZAKI, V. K.; ENOQUE, A. G. (2019) Reflexões acerca do consumo verde e sustentável na sociedade contemporânea. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 403-413.
- STREIMIKIENE, D. *et al.* (2021) Sustainable tourism development and competitiveness: The systematic literature review. *Sustainable Development*, v. 29, n. 1, p. 259-271.
- VALERI, M.; BAGGIO, R. (2021) Italian tourism intermediaries: A social network analysis exploration. *Current Issues in Tourism*, [S. l.], v. 24, n. 9, p. 1270-1283.
- VALLEJO, L. R. (2013) Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Anais Uso Público em Unidades de Conservação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-26. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/uso\\_publico/article/view/28674](https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674). Acessado em: 15 jun. 2023.
- ZHOU, X.Y.; ZHENG, B.; KHU, S.T. (2019) Validation of the hypothesis on carrying capacity limits using the water environment carrying capacity. *Science of the Total Environment*, v. 665, p. 774-784.